

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024

Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"



ENTRE O PRESIDENCIALISMO DE DIREITO E O PARLAMENTARISMO DE FATO: ESTUDO SOBRE A DEGENERAÇÃO DE AMBOS OS INSTITUTOS NA REALIDADE BRASILEIRA.

Maria Edna Nascimento Pinheiro Gonçalves¹
Djamiro Ferreira Acipreste Sobrinho²

Resumo: Analisando as movimentações do parlamento brasileiro desde a redemocratização, é possível estabelecer as bases para a formação do presidencialismo de Direito no Brasil até a deturpação deste para a formação do parlamentarismo de coação. O propósito central da presente pesquisa é pressupor a existência concreta de um conflito institucional socioeconômico entre os Poderes Legislativo e Executivo, estabelecendo a existência de uma relação dialética contraditória entre o início do presidencialismo de coalizão e a gênese do parlamentarismo de coação e como estes são frutos do mesmo Aparelho Ideológico de Estado. Trata-se de um estudo que usa como método a abordagem crítico-dialética, cujos resultados obtidos apontam para as bases da degeneração dos institutos supratranscritos na realidade brasileira.

Palavras-chave: Conflito entre Poderes. Democracia representativa. Presidencialismo de coalizão. Parlamentarismo de coação. Hegemonia parlamentar.

1. Introdução

O presente estudo busca analisar as movimentações do parlamento brasileiro desde a redemocratização e estabelecer as bases para a formação do presidencialismo de coalizão no Brasil e as condições que favoreceram a deturpação desse instituto para a formação do parlamentarismo de coação, destacando a existência de um conflito institucional socioeconômico entre os Poderes Legislativo e Executivo.

¹ Acadêmica de Direito da Universidade Regional do Cariri – URCA, membra do Laboratório de análise de conflito constitucional socioeconômico – LACÔNICO/URCA, vinculada a linha 3 - Aparelhos Ideológicos de Estado, Aparelhos Privados de Hegemonia empresarial e Poder Legislativo como partícipes nos conflitos constitucionais socioeconômicos. maria.edna@urca.br.

² Professor do Departamento de Direito, pesquisador-coordenador do Laboratório de análise de conflito constitucional socioeconômico – LACÔNICO/URCA, pesquisador do Grupo de estudos e pesquisas em Direitos humanos fundamentais – GEDHUF/URCA, pesquisador do Grupo de Análise de Políticas Públicas Intersectorial – GAPPI/UFRN. djamiro.acipreste@urca.br.

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024



Tema: “CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES”

Como evidencia Abranches (2018), o presidencialismo de coalizão é efetivamente firmado no Brasil a partir do processo de redemocratização ocorrido em 1988, onde a Constituição Federal consolida a autonomia do Poder Executivo ao mesmo tempo em que o sistema eleitoral estabelecido, visando proteger a democracia recém-nascida, possibilita a instalação de um sistema multipartidarista. Dá-se que, a partir da implementação deste, para que o Poder Executivo pudesse vir a governar, far-se-ia necessário a coalizão entre partidos a fim de movimentar o Poder Legislativo.

Ocorre que, a longo prazo, as coalizões partidárias associadas às crises políticas alarmantes que vivenciou o Brasil, levaram ao fortalecimento hiperbólico do Poder Legislativo. O que inicialmente parecia ser um sistema de governo que salvaria o Brasil de toda a tirania, emerge como um arranjo que levaria ao favorecimento de um conflito institucional socioeconômico entre Poderes. Para a manutenção de um sistema presidencialista de múltiplos partidos, os acordos e coligações parlamentares fazem-se necessários: o Poder Legislativo, em face do Poder Executivo, o coage, forçando negociações ao formar grupos parlamentares hegemônicos a fim de que a agenda política do governo corrente seja cumprida. Favorecendo, de modo direto, o Congresso que esteja em vigência.

Sobre isso, Vieira (2024) afirma que as batalhas institucionais entre Poderes, assessoradas por crises políticas, prenunciaram mutações no arranjo constitucional e o resultado destas convergiram para o super empoderamento do Poder Legislativo. Ao direcionar verbas ministeriais à elaboração de novas emendas aos deputados recém-eleitos, o atual governo do Brasil dá um exemplo claro de como funciona o parlamentarismo de coação. Podemos afirmar, ainda, que esse sistema é método próprio do presidencialismo na periferia do capitalismo em democracias multipartidárias.

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024

Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"



2. Objetivos

O objetivo geral do estudo é estabelecer as bases para a formação do presidencialismo de coalizão no Brasil e as condições que favoreceram a deturpação desse instituto para a formação do parlamentarismo de coação, destacando a existência de um conflito institucional entre os Poderes Legislativo e Executivo.

Verificar a formação de grupos parlamentares hegemônicos como fruto de um sistema presidencialista multipartidário.

Estabelecer a existência concreta de um conflito institucional entre os Poderes Legislativo e Executivo, e a política brasileira enquanto Aparelho Ideológico de Estado, como autor base para a deturpação do sistema presidencialista.

Discorrer como o super empoderamento do Poder Legislativo contribuiu para a formação do parlamentarismo de coação no Brasil.

3. Metodologia

Para a elaboração da pesquisa foi escolhido como método científico o materialismo histórico-dialético, visto que a gênese do estudo aponta para a existência de um conflito institucional crescente entre os Poderes Legislativo e Executivo, a partir da observação do fenômeno de deturpação do presidencialismo de coalizão até a formação do parlamentarismo de coação.

O método de abordagem é o dialético uma vez que o propósito central da pesquisa é estabelecer as bases que favoreceram o desenvolvimento do parlamentarismo de coação, determinando a existência crescente de um super empoderamento do Poder Legislativo a partir da formação de grupos parlamentares hegemônicos, fazendo uso de categorias como mediação e contradição.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa far-se-á através da interpretação de fenômenos políticos e sociais e por meio da análise de bibliografia escrita sobre o tema, como livros, artigos científicos e notícias relevantes.

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024

Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"



4. Resultados

É a partir da implantação de um sistema de governo que admite múltiplos partidos que o parlamentarismo de coação surge em resposta ao presidencialismo de coalizão. Como observado, as coligações partidárias associadas às múltiplas crises que vivenciou o Brasil, levaram a um conflito institucional entre Poderes, o que favoreceu a formação de hegemonias parlamentares que levaram ao super empoderamento do Poder Legislativo.

O povo brasileiro possui o hábito de eleger os seus representantes - desde que estes se apresentem como resposta à crise que o país esteja vivendo, ao mesmo tempo em que se vale hipocritamente da relação de clientelismo e da falsa sensação de participar ativamente da política - enquanto os seus representantes possuem o hábito de unir forças com a finalidade de formar hegemonias parlamentares. A partir delas, o Congresso se movimenta a fim de garantir a manutenção do poder estabelecido, e o Legislativo enquanto Aparelho Ideológico de Estado - e aqui dou um sentido unívoco - atua de maneira sutil para garantir a reprodução das relações de produção, mantendo o status quo, enquanto unem forças para tomar de assalto o governo, caracterizando, assim, a coação parlamentar.

Os escândalos políticos vivenciados pelo poder Executivo nos últimos anos, tornou oportuna a construção de uma relação de dominância do Poder Legislativo ante o Poder Executivo. Onde inicialmente era estabelecido o diálogo institucional entre Poderes, em que as coalizões concorriam em parceria, ergue-se um conjunto hegemônico de parlamentares que toma de assalto o governo

IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024

Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"



5. Conclusão

Através do estudo, pode ser verificado a existência de um conflito institucional socioeconômico entre os Poderes do Legislativo e Executivo, a medida em que as bases para a formação do presidencialismo de coalizão até a deturpação deste para a formação do parlamentarismo de coação, são estabelecidas, evidenciando o super empoderamento do Poder Legislativo e como este é fruto de um mesmo Aparelho Ideológico de Estado.

Uma das possíveis explicações acerca da formação do sistema multipartidário, seria que este é produto de democracias jovens que visam garantir a representatividade do povo. Ocorre que, essa representação não passa de mero esboço. Mesmo que o governo eleito seja eleito por maioria votante, este precisa ceder às tensões congressistas para conseguir governar.

6. Agradecimentos

Agradeço ao LACÔNICO - Laboratório de Análise de Conflito Constitucional Socioeconômico e ao GEDHUF - Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos Fundamentais, pelo processo de orientação para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço a todos os membros pelo apoio e dedicação, pelas reflexões e perspectivas inspiradas.

7. Referências

- ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado. Editorial Presença, L.da.
- MESSENBURG, Débora. A elite parlamentar brasileira: um recorte sociocultural. Curitiba: Ed. Rev. Sociol. Polít., v. 16, n. 30, p. 17-28, 2008.
- RESENDE;SEABRA. Governo Lula abre mão de verba para Lira distribuir emendas até a deputados da oposição. Folha de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. (acessado em 15/10/2024).
- VIEIRA, Oscar Vilhena. Crises políticas prenunciam mudanças constitucionais. Folha de São Paulo: 2024.